



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena
Editora

Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L146	Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-565-5 DOI 10.22533/at.ed.655190209 1. Ação social – Brasil. 2. Brasil – Política social. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 361.610981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção, coletânea de vinte e dois capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam sociedade e enfrentamentos.

Abordando os conteúdos trazidos nas contribuições que se seguem, temos majoritariamente estudos que abordam a psicologia nas suas múltiplas vertentes de ações na comunidade social, mas também há a questão que se volta para a política de assistência frente ao questionamento de violência e tráfico de drogas. O ambiente escolar, dialogado com a ciência da psicologia, também é abordado, de modo que perpassa pela interação com a psicopedagogia, com a teoria da psicologia educacional, chegando até os desafios da escola na atualidade e a educação especial.

Além das já suscitadas, a presente coletânea congrega também capítulos que versam sobre enfermagem, saúde mental, espaços de acolhimento, terceira idade, comunidades quilombolas, dilemas enfrentados pelo feminino na sociedade das exclusões e prática esportiva.

Tenham ótimas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	
Adria de Lima Sousa Patrícia da Silva Caldas Pamella Dias da Silva Vanessa da Costa Balieiro Francisca Renilma de Moura Marinho Joana Maria de Souza Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6551902091	
CAPÍTULO 2	6
CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI	
Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo	
DOI 10.22533/at.ed.6551902092	
CAPÍTULO 3	23
A PSICOLOGIA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE ADOLESCENTES NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO	
Sidelmar Alves da Silva Kunz Mônica Marques dos Santos Adilson dos Reis Felipe	
DOI 10.22533/at.ed.6551902093	
CAPÍTULO 4	40
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O TRÁFICO DE DROGAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	
João Vitor Bitencourt Patrícia Krieger Grossi	
DOI 10.22533/at.ed.6551902094	
CAPÍTULO 5	52
O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA	
Monalisa Pereira Furtado Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Dalízia Amaral Cruz Juliana Oliveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6551902095	
CAPÍTULO 6	64
PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Ceres Fassarella Carneiro Joan Cristina Rios De Oliveira Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6551902096	

CAPÍTULO 7	76
ESTADO DA ARTE DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL: 1990-2016	
Paulo Emilio Gomes Nobre	
Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro	
DOI 10.22533/at.ed.6551902097	
CAPÍTULO 8	87
PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	
DOI 10.22533/at.ed.6551902098	
CAPÍTULO 9	91
OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR	
Vinícius Nunes dos Santos	
Tatiana Souza de Oliveira	
Adinete Sousa da Costa Mezzalira	
DOI 10.22533/at.ed.6551902099	
CAPÍTULO 10	100
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	
Iana Paola Monte Freire	
Karine Lima Verde Peixoto	
Fábia Geisa Amaral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65519020910	
CAPÍTULO 11	112
QUALIDADE DE SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESTUDAM PELA MANHÃ E A NOITE DURANTE A SEMANA DE PROVAS	
Thamara Xavier Dias	
Aline Silva Belísio	
DOI 10.22533/at.ed.65519020911	
CAPÍTULO 12	120
ESTAGIÁRIO DE ENFERMAGEM: LUTO POR MORTE VIOLENTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	
Rosane Albuquerque da Costa	
Isabela Vieira da Silva Santos	
Alisson Soares de Sousa	
Hossana Pereira Eugênio	
Jéssika Koste Sangali	
Lucas Costa Marins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65519020912	
CAPÍTULO 13	132
CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ/BA	
Aida Lomanto Couto	
Elzeni Damasceno de Souza	
Tatiane Tavares Reis	
DOI 10.22533/at.ed.65519020913	

CAPÍTULO 14	143
ANÁLISE DAS VISITAS FAMILIARES EM UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE BELÉM-PA	
Juliana Oliveira dos Santos Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Monalisa Pereira Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.65519020914	
CAPÍTULO 15	156
O ADEUS AO ABRIGO: NO CURSO DA MAIORIDADE, A REEDIÇÃO DO DESAMPARO	
Natalia Afonso Rubio Rita Aparecida Nicioli Cerioni Eliana Herzberg	
DOI 10.22533/at.ed.65519020915	
CAPÍTULO 16	165
RODAS DE CONVERSA COM IDOSOS: ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS AUSTEROS	
Iris Clemente de Oliveira Bellato Matheus Bassan Alvino Brombim Lopes Amailson Sandro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020916	
CAPÍTULO 17	177
REALIDADE E EXPECTATIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA	
Carine Magalhães Zanchi de Mattos Patrícia Krieger Grossi Francielli Girard	
DOI 10.22533/at.ed.65519020917	
CAPÍTULO 18	189
COMUNIDADE QUILOMBOLA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS MARCAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SUBJETIVIDADE HUMANA	
Fabrício Costa Leite Barros Orlando Júnior Viana Macêdo Vânia Santana Lacerda Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020918	
CAPÍTULO 19	193
MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS	
Marília Novais da Mata Machado Sônia Roedel Heliana de Barros Conde Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.65519020919	
CAPÍTULO 20	205
A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65519020920	

CAPÍTULO 21	215
MULHERES E O DIREITO DE <i>ESTAR</i> SÓ: DA LIBERDADE JURÍDICA AO PRECONCEITO SOCIAL	
Aline Podkowa	
Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.65519020921	
CAPÍTULO 22	227
ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOTIVAÇÃO DE PRATICANTES E FREQUENTADORES DE ACADEMIA	
Lucas Augusto Menezes	
Breno Lara Beraldo	
Vitor Miranda de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.65519020922	
SOBRE O ORGANIZADOR	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira

RESUMO: O presente estudo objetiva apresentar uma a refração da questão social identificada durante trabalho de averiguação social com beneficiários do Programa Bolsa Família. Como base de dados, utiliza-se instrumentos técnico operacionais do Serviço Social. Percebe-se uma refração da questão social, relacionada à mulher dona de casa de baixa renda econômica. Destaca-se que a questão social é principal objeto de intervenção profissional do assistente social e das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Dona de Casa; Programa Bolsa Família.

THE WOMAN HOUSEWIFE BENEFICIARY OF THE BOLSA FAMILIA PROGRAM

ABSTRACT: This study aims to present a refraction of the social question identified during a social research with beneficiaries of the Bolsa Família Program. As a database, operational technical instruments of the Social Service are used. It is noticed a refraction of the social question, related to the housewife of low economic income. It should be emphasized that the social question is the main object of

professional intervention of the social assistant and public policies.

KEYWORDS: Housewife; Bolsa Família Program.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva apresentar uma refração da questão social identificada com usuários do Programa Bolsa Família durante trabalho de Averiguação Social realizado no ano de 2017 em cidade do interior do Ceará.

Os dados são advindos de instrumentos técnico operacionais do Serviço Social, utilizados com cento e vinte e oito famílias, beneficiárias do programa Bolsa Família, indicadas pela Procuradoria da República.

Estas famílias foram indicadas pelo Ministério Público Federal por terem CPF's cruzados com outros sistemas do governo. Os titulares, ou algum membro da família, foram indicados como servidores públicos ou empresários. Neste processo percebe-se uma refração da questão social, relacionada à mulher dona de casa de baixa renda econômica.

Destaca-se que nas famílias cuja titular se caracterizava como Dona de Casa, e houve melhora de renda por parte de algum dos membros da família, a dona de casa excluiu de seu cadastro, e afastou da família o ente

que havia aumentado a renda a fim de, não perder o direito de ser beneficiado pelo programa.

O presente escrito apresenta de forma resumida os conceitos de práxis profissional do assistente social, aborda a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, o Programa Bolsa Família e conceitua a Mulher Dona de Casa de baixa Renda econômica. Por conseguinte apresenta a metodologia de trabalho e apresenta os resultados.

Este escrito busca apresentar uma refração da questão social, objeto de intervenção sistemática do Estado (BARROCO, 2008).

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 O Assistente Social e Sua Práxis Profissional

Netto (1996) afirma que o Serviço Social nasce das contradições e conflitos do capital e trabalho, que geram a Questão Social.

Para Iamamoto (2001) o nascimento e acirramento da questão social são advindos da forma como o Capital explora o trabalho, e produz riquezas de maneira desigual. Para referida autora, o Estado atua na questão social de forma fracionada, o assistente social opera neste contexto, pois a questão social é base de profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO, 2001).

Segundo Iamamoto (2001) a Política Social representa uma ferramenta para o Estado interferir na questão social, com a presença do assistente social profissionalmente, pois a questão social é atacada em suas refrações. De acordo com autora a gênese da questão social está no caráter coletivo de produção, e que acumulação da miséria é “a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p.15-16).

Netto (1996) afirma ser o mercado de trabalho que legitima a profissão do assistente social, este pode utilizar estratégias próprias e diferenciadas. Estas estratégias constituem a práxis profissional do Assistente Social.

Considera-se práxis, uma atividade humana produtiva, local onde se estabelece a articulação entre realidade e instrumentalidade (GUERRA, 2009).

Guerra (2009) considera o homem como ser capaz de mudar a realidade que se insere, sendo essa, sua ligação com a prática: “uma aproximação intelectual da realidade e o encaminhamento de propostas coletivas” (GUERRA, 2009, P.186 AMPUD VÁZQUEZ, 1990).

Bourguignon (2009) apreende a pesquisa em sua íntima relação com a prática e entende que para o Serviço Social, a pesquisa constitui-se de sujeitos políticos diante das questões que afetam o serviço profissional, de garantia dos direitos sociais, no campo das políticas públicas. Autora apresenta o cotidiano, como espaço de prática,

de intervenção e de pesquisa.

Neste contexto, cabe destacar, a perspectiva conservadora e positivista do Serviço Social a partir de Barroco (2008), que aponta como uma questão social, a desintegração da família, da comunidade e dos valores tradicionais. Que nesta perspectiva não se avalia as relações de trabalho pelas contradições fundantes, e sim, pelas suas consequências morais. Autora afirma que a moralização da realidade possui face político ideológica (aspecto ideológico conservador do pensamento positivista) há um tratamento moral da questão social, que ocasiona individualização de problemas sociais. Neste contexto o Estado responsabiliza indivíduos, despolitiza reivindicações, traz a solução para o campo da moral. Nestas condições os indivíduos são responsabilizados pela sua condição social.

Aponta-se esta realidade como o cotidiano operacional do Assistente Social, em sua práxis profissional de enfrentamento da questão social.

2.2 Lei Orgânica da Assistência Social -Loas

Segundo Netto (1996) a racionalização da Assistência se funda na metade do século XIX, cujo ponto de arranque é a organização da filantropia que culmina com: a filantropia organizada em parâmetros teórico científico, e no afinamento do instrumental operativo de natureza técnica do assistente social. Ericson (2004) afirma que a mobilização profissional do Assistente Social, culmina com a legalização da assistência social como direito social.

A Assistência Social é legalizada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (LEI: 8742/1993). Os objetivos da política de assistência social são garantir a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos (ART. 1).

A LOAS legitima a proteção da família, de etnias de cunho social: como a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice que encontram-se em situação de carência econômica. Assim como promoção e integração de seus usuários no mercado de trabalho e a concessão de benefícios (ART. 1).

Para Vigilância Social legaliza-se a capacidade protetiva das famílias, em ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos. E para a Defesa de direitos legitima-se a universalização dos direitos sociais.

As entidades e organizações da assistência social (ART. 3) são legalizadas para atender e assessorar na defesa de garantia de direitos, execução de programas e projetos, e concessão de benefícios.

Como princípios a LOAS compreende as necessidades sociais sob exigência das necessidades econômicas (ART. 4) e a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza (ART. 4).

O programa Bolsa Família se encontra na proteção social básica, visa prevenir o rompimento dos vínculos familiares e garantir o direito a convivência familiar e comunitária.

Na Lei Orgânica da Assistência Social (LEI 8742/1993) a família é definida como

espaço de proteção integral. Para fins de enquadramento no BPC a família é definida pelo requerente mais o cônjuge ou companheiro, pais e madrasta, irmãos solteiros, filhos e menores solteiros tutelados (Capítulo IV).

2.3 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é instituído através da Lei: 10836 de 2004. Possui como principal característica a transferência direta de renda do governo brasileiro, para famílias consideradas pobres e extremamente pobres.

Segundo Arrais (2016) sua criação possibilitou “o alargamento da proteção social”. Acrescenta que o programa do ponto de vista político caracteriza-se como uma espécie de pacto de solidariedade e, que do ponto de vista econômico torna-se uma afirmação da função redistributiva do Estado (ARRAIS, 2016, P.202).

Nos estudos Campara e Vieira (2016) identifica-se o comportamento financeiro das famílias beneficiárias, e percebe-se os impactos do benefício na satisfação global de suas vidas. Os autores concluíram que

“a concessão do benefício traz para essas famílias uma percepção de melhoria na vida cotidiana, de maneira que, comparativamente com sua situação anterior, elas se sintam financeiramente mais realizadas, pois ao menos necessidades básicas então sendo mais bem supridas” (CAMPARA E VIEIRA, 2016, P. 1000).

Coêlho e Fernades, (2017) percebem o programa a partir de seu modelo burocrático e administrativo. O caracterizam por conterem políticas públicas descentralizadas com aplicação de regras formais, orientadas em torno de mecanismos de controle da burocracia, num modelo de governança tipo hierárquico, com lógica vertical, neste modelo “o governo central estabelece regras e normatizações para a contratação dos governos subnacionais” (COÊLHO E FERNADES, 2017, P.790).

De maneira geral o governo federal assume função do principal e os governos locais a posição de agentes do programa. Num complexo arranjo federativo concebido “sob forma de uma gestão intersetorial, regido por múltiplos níveis de interação que abarcam vários órgãos governamentais e exigem controle mútuo” (COÊLHO E FERNADES, 2017, P. 690).

O modelo burocrático e administrativo do Programa Bolsa Família veda aos municípios (executores da política) “instituir outras sanções às famílias ou fixar outras regras além das previstas” (COÊLHO E FERNADES, 2017, P 696).

Os autores exemplificam que: “Como se percebe, a linha de frente de atuação é protagonizada pelos gestores municipais que cumprem a missão de controlar os bens públicos do programa e ao mesmo tempo são controlados pelo principal” (COÊLHO E FERNADES, 2017, P 697.).

Os autores alertam que deste modelo e dinâmica, decorrem dois possíveis problemas: primeiro a fraude institucional patrocinada por burocratas ou políticos; e segundo: a fraude dos próprios beneficiários por meio da emissão de informações falsas. E acrescentam informando que as características espaciais como a localização

geográfica pode explicar a variação de resultados de políticas públicas.

A literatura sobre o mecanismo do Programa Bolsa Família explora diversas críticas, dentre elas destaca-se: o estímulo a cultura do não trabalho e ao clientelismo; o programa não apresenta garantias do cumprimento das condicionalidades; o estímulo a situações de populismo político e regionalidade dos votos; gasto público improdutivo; ineficiência dos mecanismos de controle (COELHO E FERNANDES, 2017)

Como resposta a estas críticas alerta-se sobre o impacto do programa no núcleo familiar, nas relações de gênero, em seus efeitos na conjuntura política, na mobilidade social dos indivíduos, transferências de renda nos grupos sociais e condicionalidades que permitem a qualidade de vida das famílias beneficiadas (COELHO E FERNANDES, 2017).

Oliveira e Brandão (2016, P 309, ampud Rocha, 2003) acrescentam sobre a importância das “ponderações de relativas à inadequação de uma linha de pobreza nacional”. Isto referente à necessidade de se perceber as diferenças regionais e culturais que se projetam nas famílias. Para assim perceber e estabelecer linhas subjetivas com valores baseado nos meios objetivos existentes (OLIVEIRA E BRANDÃO, 2016, P 312) para assim defender a necessidade de pensar em mudanças, no escopo do projeto que levem “ao aumento real dos valores transferidos e à expansão do número de beneficiários (OLIVEIRA E BRANDÃO, 2016 AMPUD SOARES et al., 2010).

Dentro da legislação pertinente ao programa, a família é classificada como grupo de pessoas, formado por laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivem no mesmo teto e se mantém pela contribuição dos membros (ART. 2, LEI 10836/2004).

A mulher dona de casa em situação de pobreza, não possui prioridade ou benefício específico dentro do Programa Bolsa Família. Para adquirir direito a este benefício, necessita comprovar uma renda familiar que não ultrapasse $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Torna-se relevante destacar que no artigo primeiro da LOAS (LEI 8742/1993) delimita-se a necessidade de proteção social a mulher em situação de maternidade (ART.1).

Continua-se o presente escrito ao delimitar o conceito de mulher dona de casa, especificamente, a mulher dona de casa de baixo poder econômico.

2.4 A Mulher Dona de Casa

Tedesch (2017) afirma a necessidade em compreender o desenvolvimento sócio histórico das mulheres na sociedade de maneira que contemple a pluralidade de suas histórias.

Neste contexto pode-se elucidar que não deve existir uma regra única sobre como ser mulher, e sim, perceber de forma totalitária a conjuntura a que esta mulher esta inserida para assim compreender suas particularidades (TEDESCH, 2017).

“A singularidade feminina comporta uma pluralidade que a constitui” (TEDESCH,

2017 P.10) Segundo FOUCAULT (1999), A história das mulheres como uma história menor, é caracterizada pela partilha das multiplicidades.

O autor ressalta que os papéis atribuídos à mulher, de mãe e esposa, foram representações que contribuíram para a definição de alteridade e identidade feminina, resultando em práticas culturais que a limitaram ao espaço privado.

Piscitelli (2005) argumenta sobre a hierarquização evidenciada por argumentos genéricos, e mostra que é preciso ter atenção quanto à apropriação de concepções feministas fora do âmbito em que elas se desenvolvem, haja vista que as referências externas podem obscurecer a compreensão de como operam as práticas locais.

Para Santos e Diniz (2011) a mulher Dona de Casa encontra-se numa condição de invisibilidade, são tidas como:

(...) mulheres que não romperam com a mítica de “rainha-do-lar”, do lugar tradicional feminino e que continuam a desempenhar, exclusivamente, a função doméstica – em espaço privado e sem remuneração. A condição feminina de mulheres que se mantêm aparentemente na contramão da história merece atenção (SANTOS E DINIZ, 2011, p. 138).

Os relatos referem-se a suposição, da Mulher Dona de Casa ser uma categoria de mulheres em processo de extinção, por conta do movimento feminista e da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nos estudos de Santos e Diniz (2011 p.147) “as participantes revelaram adesão a uma identidade tradicional de gênero”, os referidos autores realizam estudos de caso com três mulheres, diferenciadas pela sua situação econômica, destaca-se a Dona de Casa de baixa renda econômica:

“Maria das Dores, de baixo poder aquisitivo, enfatizou o fato de sua vida ser marcada por uma sobrecarga de trabalho. Ela contou que se desdobra entre o cuidado com filhos(as) e netos(as) e as obrigações com os afazeres domésticos, principalmente com as atividades domésticas mais pesadas – lavar e passar roupa, limpar a casa, cozinhar” (SANTOS;DINIZ, 2011 p.147)

Ao considerar a classificação de Mulheres Donas de Casa como categoria de gênero, e de trabalho não remunerado, a serviço do bem estar de sua família, continua-se o presente estudo com a descrição metodológica deste artigo.

2.5 Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa. Objetiva apresentar uma refração da questão social observada com usuários do Programa Bolsa Família, durante trabalho de averiguação social, na cidade de Capistrano, interior do Ceará.

Os dados são advindos de instrumentos técnico operacionais, do serviço social (relatórios sociais, estudo social, ficha de visita domiciliar, planilhas de acompanhamento, parecer técnico social). Resultado do trabalho de averiguação, realizado no ano de 2017, com famílias indicadas pela Procuradoria da República.

Considera-se averiguação a Portaria 94/2013 que dispõe sobre o processo de

averiguação das informações cadastrais, verificar a consistência das informações registradas e tratamento das inconsistências identificadas (Art. 2)

O universo da pesquisa constitui-se de 128 famílias que tiveram os CPF's, dos integrantes cruzados com outros sistemas do governo, e foram indicados como servidores públicos, empresários ou donos de móveis e imóveis. Tendo estas famílias que participar do processo de averiguação.

Para tratamento dos dados utiliza-se abordagem estatística. Os resultados são trabalhados e apresentados seguindo os conceitos da Congruence Analysis, busca-se a congruência de experiências concretas e deduções teóricas (BLATTER; BLUME, 2008).

Esta ferramenta de pesquisa consiste em, frente a um caso, e a partir de observações concretas, deduzir os elementos através de teorias, abstraindo conclusões relevantes e relativas, considerando a pluralidade e diversidade das observações avaliadas (BLATTER; BLUME, 2008).

3 | CONCLUSÃO

3.1 Expressão da Questão Social Identificada

Variável	% Média
Sexo feminino como responsável pela Unidade Familiar	89%
Sexo masculino como responsável pela Unidade Familiar	11%
Famílias que mantiveram no perfil para recebimento do benefício do Programa Bolsa Família após averiguação	60%
Famílias que perderam o Perfil para recebimento do benefício do Programa Bolsa Família após averiguação	39%
Donas de Casa dentro dos critérios do Programa Bolsa Família	76%
Donas de Casa fora dos critérios do Programa Bolsa Família	24%
Titulares não exercem unicamente função de Dona de Casa	65%
Titulares que exercem unicamente função de Dona de Casa	34%

Tabela 1: Descrição quantitativa por: sexo, enquadramento no programa e identificação das mulheres Donas de Casa.

Fonte: Relatórios sociais

A expressão da questão social identificada com informações advindas dos instrumentos técnico operacionais utilizados durante o processo de averiguação social econômico e familiar relatam indicam a presença de mulheres, que se identificam como donas de casa, que afirmam serem pobres.

O fator a que se atenta refere-se a identificação dessas mulheres como categoria de gênero e trabalho: Dode Casa. E que a contraprestação de sua atividade são advindas do benefício do Programa Bolsa Família.

Neste contexto torna-se regra informal entre esta categoria que os membros que aumentam sua renda: jovens (filhos, noras ou genros) e/ou companheiros (em maioria frutos de união estável) devem criar seu próprio cadastro. Pois a única renda que as donas de casa manuseiam para os cuidados domésticos com as crianças, com suas necessidades pessoais, com aluguel, alimentação ou energia elétrica são advindos deste benefício.

3.2 Discussão dos Resultados

Durante tratamento dos dados percebe-se dificuldade profissional para atender as necessidades das mulheres que possuem características de serem Donas de Casa e excluem do seu cadastro familiar, o integrante que aumentou sua renda.

As mulheres donas de casa de baixo poder econômico, objetivam manter seu direito ao benefício Bolsa Família. Na maioria dos casos são excluídos companheiros e cônjuges, filhos(as) e/ou noras/genros.

Ao considerar que as informações para o Programa Bolsa Família são auto declaratórias, as titulares optam por excluir o integrante da família que teve aumento de renda. Inclusive sendo descrito em relatórios sociais, que o integrante excluído, comprova ter mudado de residência. Os integrantes que mais aparecem na exclusão são cônjuges (frutos de relação de união estável), os filhos trabalhadores e as noras/genros.

O trabalho do assistente social consiste em realizar visita, entrevista, orientação, acompanhamento e elaboração de relatório social das famílias indicadas pela Procuradoria da República e encaminhar a gestão municipal da política de assistência.

As donas de casa buscam manter o cadastro familiar de acordo com as características socioeconômicas do Programa Bolsa Família e com as necessidades da família.

A referida categoria de gênero e trabalho defendem a ideia que trabalham em função da manutenção e cuidados familiares. Que o Benefício Bolsa Família constitui-se da única renda que a dona de casa administra, e que este valor é essencial para: 'comprar um short pro menino, um caderno, uma chinela, pagar uma luz, botar crédito no celular'.

Como tratamento para esta refração da questão social, foi elaborado estudo socos órgãos de execução e defesa de direitos da Política de Assistência Social, destaca-se: Secretarias Municipais, Conselhos Municipais, Ministério Público, Técnicos da Assistência Social.

Destaca-se que o assistente social não possui alternativa de solução dentro dos critérios do programa. Para os casos em que a mulher dona de casa, decide não excluir o ente, perde o benefício e mantém em seu cadastro o ente que melhorou sua situação financeira, nestes casos, o ente não muda de residência.

Dentro da legislação específica da assistência social, e do Programa Bolsa Família, a mulher Dona de Casa insere-se como prioridade por estar em etnia social

de maternidade. Porém a categoria dona de casa de baixo poder econômico, não recebe atenção a sua condição de trabalhadora do lar, não remunerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) é o Assistente Social que pode trazer à tona a dimensão de totalidade do sujeito social (ou sujeitos) que, juridicamente, se torna ‘objeto’ da ação judicial” (CEFESS, 2007, P 41).

A delimitação operacional, da prática profissional do assistente social permite que sejam elaboradas estratégias para fazer frente à questão social, ao identificar demandas presentes na sociedade e formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

O agir profissional, frente à situação da dona de casa de baixo poder econômico, apresenta-se como exemplo profissional. Mesmo que hajam poucas alternativas de enfrentamento para com esta refração da questão social.

Como resposta para situação da mulher dona de casa de baixo poder econômico, torna-se necessário que os conselhos de direitos estudem, deliberem e encaminhem sobre tal situação. Este agir permitirá que as políticas públicas atendam esta categoria de gênero, e de trabalho não remunerado financeiramente, no caso em questão: A Mulher Dona de Casa de Baixo Poder Econômico.

Esse exemplo permite visualizar a defesa dos direitos como práxis profissional do assistente social, que assume compromissos coletivos e consolida o agir profissional no cotidiano.

O presente escrito apresenta dados para avaliações do desenvolvimento do programa, e indica que o Benefício do Programa Bolsa Família permite ascensão econômica das famílias.

REFERÊNCIAS

_____. LEI Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Presidência da República, Brasília, 2010.

_____. LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Diário Oficial da União.

_____. PORTARIA Nº 94, de 4 de setembro de 2013. **Dispõe sobre o processo de averiguação das informações cadastrais do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2013/portaria_94_2013_averiguacao_cadastral.pdf. Acesso em 10 de abril de 2019.

ARRAIS, T A. (2016). **O Bolsa Família e a tradução regional da questão social.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 200-226, dez. 2016.

BARROCO, M.L.S (2008). **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.**- 7. Ed.- São Paulo, Cortez, 2008.

BLATTER, J., & BLUME, T. (2008). **Co-Variation and Causal Process Tracing Revisited: Clarifying New Directions for Causal Inference and Generalization in Case Study Methodology**. Qualitative Methods, Spring 2008.

BOURGUINON, J. A (org), n/a et al. (2009). **Pesquisa Social, reflexões teóricas e metodológicas**.- 1. Ed.- Editora Toda Palavra.

CEFESS (org). (2007). **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate do judiciário, no penitenciário e na previdência social**. – 7.ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

ERICSON, E.A. (2004). **O Serviço Social na contemporaneidade e a defesa do Estado e dos direitos de cidadania**. DIREITOS HUMANOS E INTERVENÇÃO SOCIAL. 2004. Fortaleza. (proceedings) Fortaleza.

FOUCAULT, M. (1999). **História da sexualidade. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GUERRA, Y (2009). **A Instrumentalidade do Serviço Social**.-7. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. (2001). **A Questão Social no Capitalismo** . Revista Temporalis – ABEPSS- Ano I, n.3. Janeiro a Junho de 2001.

NETTO, J. P. (1996). **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. -2.ed.- São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, L.S. Diniz, G. R. S (2011). **Donas de Casa: classes diferentes, experiências desiguais**. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol.23, n.2, p.137 – 149. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

PISCITELLI, A.(2005). **A viagem das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e atividades locais**, in: Moraes Maria Lygia Quartim de (Org.). Gênero nas fronteiras dos sul. Campinas: Pagu; UNICAMPI, 2005. P. 143-163.

TEDESCHI, L A. (2017). **Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e46069.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autismo 100, 101, 102, 104, 109, 111

B

Bolsa Família 8, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

C

Classe Social 47, 103, 104, 172

Comunidade Quilombola 8, 189, 190, 191

Consequências Psíquicas 7, 120, 122, 124, 129

Criança 6, 13, 17, 18, 24, 26, 27, 30, 34, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 72, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 163, 164, 222

D

Desamparo 8, 128, 156, 158, 164

Desigualdade 1, 44, 45, 171, 192, 202, 217, 218, 222, 225

Direitos 6, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 93, 97, 109, 110, 144, 149, 154, 158, 164, 165, 170, 175, 177, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231

E

Educação Especial 5, 7, 64, 100, 101, 105, 109

Enfermagem 5, 7, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 158, 175, 188

Enfrentamentos 2, 5, 8, 25, 50, 165

Ensino Superior 104, 114, 120, 128, 199

Escola 5, 7, 1, 2, 3, 4, 12, 13, 18, 40, 65, 71, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 129, 133, 141, 142, 155, 177, 181, 199, 202, 231

Espaço de Acolhimento 8, 143, 146, 149, 151

Exclusão Social 8, 45, 103, 104, 189, 190

L

Liberdade 9, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 39, 43, 114, 156, 158, 182, 199, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 225

Luto 7, 120, 124, 129, 130

M

Medidas Socioeducativas 6, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 37, 38

Mulher 8, 160, 205, 206, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226

P

Pessoa Idosa 179, 183

Política de Assistência 5, 6, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 207, 212

Prática Esportiva 5, 227

Processos Educacionais 7, 87, 88

Psicologia 5, 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34, 38, 39, 52, 61, 63, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203, 227, 228, 230

Psicologia Educacional 5, 7, 76, 78, 87

Psicopedagogia 5, 6, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75

S

Saúde Mental 5, 7, 11, 12, 13, 18, 47, 50, 70, 91, 132, 133, 135, 136, 137, 142

Sistema Regular de Ensino 7, 100, 101, 104

Situação de Rua 8, 43, 146, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Sociedade 2, 5, 3, 4, 6, 7, 16, 26, 27, 33, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 70, 81, 88, 92, 93, 94, 102, 107, 109, 113, 154, 155, 168, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 188, 190, 191, 192, 201, 202, 206, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Sociologia 68, 203

Sono 7, 58, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Subjetividade 6, 8, 6, 7, 9, 10, 11, 20, 62, 84, 139, 154, 159, 167, 172, 189, 192, 204, 226

T

Transição Escolar 7, 91, 92, 95, 97, 98

V

Violência 5, 6, 14, 16, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 63, 92, 103, 120, 122, 129, 146, 178, 179, 180, 183, 193, 195, 196, 202, 203, 219, 225

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-565-5

